



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

► **'Aprovado'**

Relembrando os tempos de presidente da Câmara de Jundiáí, o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), agora também presidente do Aglomerado Urbano de Jundiáí (AUJ), usou dos mesmos artifícios para conduzir a reunião na última semana e até brincou com a situação. "Tem que ser rápido para dizer 'aprovado'. Assim se evitam as discussões. Essa era a tática de alguns presidentes", brincou.

► **Em Várzea Paulista**

A eleição do Conselho Local de Saúde (CLS) será realizada nesta terça-feira (25). A votação, aberta a todos os municípios de Várzea Paulista, ocorrerá na sala de reuniões na administração da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade, das 8 às 14 horas, com abertura da uma à 16 horas. Há seis candidatos: Antônio Damacena, Edmo Damacena, Mária Aparecida Carvalho, Terezinha Udovic, Walter Gomes e Flávia Gonçalves Macedo. A UPA está localizada na av. dos Pinheirinhos, s/n, Jd. Satélite.

► **LIBRAS**

Valdeci Vilar (PTB) tem projeto para exigência de especialista em libras para atender deficientes visuais e surdocegos

Câmara vota projeto para atendimento especializado

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Com uma pauta composta por sete itens, a sessão ordinária de amanhã, da Câmara de Jundiáí, a partir das 18h, promete ser tranquila. O principal projeto a ser apreciado pelos parlamentares é de autoria do vereador Valdeci Vilar (PTB), que trata da exigência de pessoal especializado no atendimento de pessoas deficientes visuais e surdocegas em grandes mercados da cidade. Apenas uma moção está registrada na pauta.

Segundo Vilar, a iniciativa foi inspirada em situações presenciadas pelo parlamentar. "Nos pequenos mercados, as pessoas com deficiência visual ou surdocegas acabam tendo um auxílio dos próprios funcionários dos estabelecimentos, mas em grandes mercados, não existe este diferencial. As pessoas são deixadas à pró-

pria sorte", comenta. O projeto do parlamentar, de número 12.148/2017 foi aprovado pelas comissões de Justiça e Redação (CJR) e Comissão de Direitos, Cidadania e Segurança Pública (CDCIS).

Ainda na pauta, constam projeto de autoria de Roberto Conde Andrade (PRB) para instituição de campanha contra a automedicação; projeto do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) que cria o Programa de Incentivo a Hortas Comunitárias e Familiares; projeto de Wagner Ligabó (PPS) que altera a Lei 6.984/07, e fixa critérios para execução e manutenção de calçadas, para prevenir áreas permeáveis; projeto de lei de autoria do vereador Rogério Ricardo da Silva (PHS), que institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o "Dia Mundial da Reciclagem" (5 de junho).

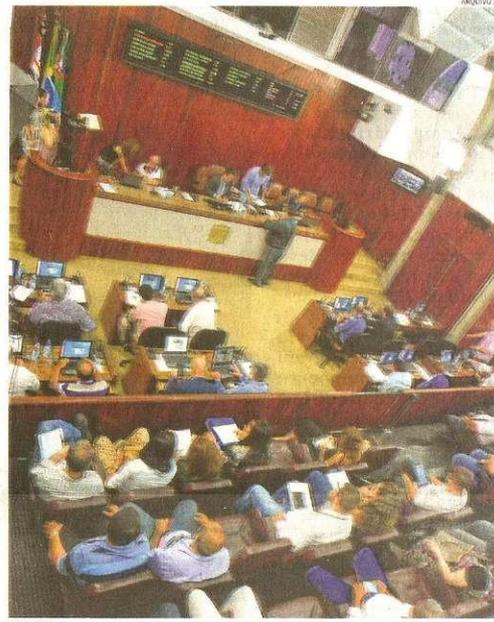
De autoria do vereador Romildo Antonio da Silva (PR), o projeto altera a Lei

8.555/2015, que exige autorização para atos de deformação viária pelas empresas concessionárias de serviços públicos, para determinar nivelamento de tampões. Segundo a justificativa do parlamentar, o desnivelamento causa acidentes para motociclistas e idosos.

Segundo o presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), a expectativa da sessão é de que não haja ingresso de projetos de urgência. "A pauta tem projetos relevantes. Esperamos uma sessão tranquila", comenta.

► **Audiência**

Ainda nesta semana, no dia 27, será realizada audiência pública para a discussão de Projeto de Lei Complementar 1.718, de autoria do presidente da Casa, para alterar a lei complementar 518/2012, que veda, no território de gestão da Serra do Japi, procedimentos administrativos para fins imobiliários e correlatos.



SESSÃO Pauta tem sete itens para votação; projetos são constitucionais e relevantes

► **100 DIAS**

Aprillanti celebra mandato com atividade na Câmara de Jundiáí

Com evento aberto para a população, o deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) comemora 100 dias de mandato com atividade, hoje, na Câmara Municipal de Jundiáí, às 19 horas. Durante o evento, o parlamentar irá detalhar as conquistas para a Região.

Os 100 dias foram registrados no último dia 10 de abril. Aprillanti (PSB) conseguiu uma marca histórica no período: apresentou mais de 100 proposições, o que representa mais de um documento protocolado por dia e o comprometimento do deputado com as demandas e necessidades de todos os paulistas, principalmente



SEM GAVETA Aprillanti afirma que todos os projetos são encaminhados

daqueles que nasceram ou residem nas cidades que compõem a Região.

Comprometimento
Segundo Junior Aprillanti, seu mandato é diferenciado e está concentrado em dar tramitação a todas as solicitações recebidas de prefeitos, vereadores e lideranças.

"Faço questão de dar encaminhamento para todas as solicitações que recebo. Nada fica engavetado. Esse tipo de postura repercute na quantidade de documentos protocolados, solicitando investimentos, cobrando informações do Governo do Estado de São Paulo ou aplaudindo quem presta relevantes serviços para a sociedade", afirma o deputado estadual Junior Aprillanti. (L.M.)

► **PESQUISA**

Marco Civil da Internet pode perder força com novas leis

Completaram-se ontem três anos da sanção da Lei 12.965/14, o Marco Civil da Internet, apontado como referência mundial para as legislações que tratam da rede mundial de computadores. Os princípios da lei – especialmente a garantia da neutralidade da rede, da liberdade de expressão e da privacidade dos usuários – foram estabelecidos para manter o caráter aberto da internet.

A pesquisa 'O Brasil e o Marco Civil da Internet: o estado da governança digital', do Instituto Igarapé, organização dedicada a temas de segurança, justiça e desenvolvimento, indica que projetos de lei no Congresso Nacional que ale-

gam a necessidade de facilitar investigações criminais põem em risco direitos como o da privacidade e o da liberdade de expressão.

Entre as propostas apontadas pela publicação como ameaça ao Marco Civil está o Projeto de Lei 215/2015, que exigiria, se aprovado, que todas as empresas de internet armazenassem informações do usuário como nome, CPF e endereço residencial. Também exigiria que essas empresas fornecessem as informações à polícia em investigações criminais sem ordem judicial, o que teria um efeito prejudicial para normas de privacidade online.

Segundo o autor do estudo, o pesquisador do Institu-

to de Política Internacional da Universidade de Washington Daniel Arnaudo, em maio de 2016, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Crimes Cibernéticos aprovou seu relatório final recomendando projetos que contestam o Marco Civil.

"O relatório inclui uma iniciativa que permitiria a expansão da retenção de dados de usuários por aplicativos e provedores de internet (PL 3.237/2015) e outra que autorizaria o acesso a endereços de IP [protocolo de internet, código usado na transmissão de dados entre as máquinas em rede] em investigações criminais sem ordem judicial (PLS 730/2015)", diz o autor, na pesquisa. (AB)

► **REFORMAS**

Câmara terá semana agitada com debates e votação

A Câmara dos Deputados terá uma semana bastante movimentada com discussões e o início das votações das reformas propostas pelo governo ao Congresso: a trabalhista e a previdenciária. Além das duas pautas, os deputados devem concluir a votação dos destaques apresentados ao projeto que trata da recuperação fiscal dos estados superendividados, retomar a discussão da reforma política na comissão especial e também eleger os dirigentes da Comissão Mista de Orçamento para iniciar a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem.

No plenário, os trabalhos começam hoje (24), com sessão deliberativa às 15h para a discussão e votação da Medida Provisória (MP) 752/16, que cria regras para a prorrogação e a relicitação de contratos de concessão com parceria nos se-

tores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. A MP está trancando a pauta da Casa e, com isso, impedindo a votação de outras matérias em sessões ordinárias da Câmara.

Já a votação dos destaques que visam modificar o projeto de recuperação fiscal dos estados em situação de calamidade financeira está prevista para terça-feira (25). O texto-base foi votado na última semana, quando também foram rejeitados alguns destaques que pretendiam retirar as contrapartidas dos estados para aderirem ao programa de recuperação. No entanto, ainda há dispositivos a serem apreciados que pretendem subtrair do texto principal a exigência de privatização de estatais e a proibição de realização de novas despesas com pessoal, como contratações, reajustes e auxílios, dentre outras.

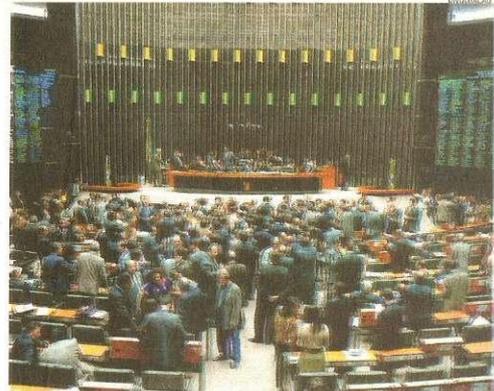
Reformas
Na terça-feira (25), começa a fase final dos debates das reformas trabalhista e previdenciária nas comissões especiais criadas para analisar o mérito das duas propostas. Depois de muitas idas e vindas, na última quarta-feira (19), o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que trata da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), apresentou o relatório final para ser discutido e votado na comissão e depois no plenário da Câmara. Ficou acertado entre a oposição e aliados do governo que os debates em torno do relatório serão realizados na terça (25), quarta (26) e quinta-feira (27), para que a votação do texto na comissão se inicie no dia 2 de maio.

Em fase mais adiantada de apreciação está a reforma trabalhista, que teve o regime de ur-

gência aprovado e deverá ser votada já quarta-feira (26) em plenário. Mesmo não havendo necessidade de ser votada na comissão especial, uma vez que tramita em regime de urgência, a proposta deverá ser apreciada na terça-feira pelo colegiado. O relator Rogério Marinho (PSDB-RN) prometeu aceitar emendas ao texto que havia apresentado há duas semanas até o final de amanhã. Na sequência, ele deverá apresentar um novo substitutivo.

► **Orçamento**

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso tem reunião marcada para quarta-feira, às 14h30, destinada à eleição do presidente e dos três vices do colegiado. Já foram feitas várias tentativas de eleição dos dirigentes da mesa diretora da CMO. No entanto, a definição não foi possível porque a



REFORMAS Na terça, fase final dos debates das reformas trabalhistas e da Previdência

líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), ainda não indicou os senadores do partido que irão compor o grupo. Pelas regras da Casa, a presidência da

comissão deverá ser ocupada por um senador do PMDB. Só depois da eleição é que serão escolhidos os relatores da LDO e do Orçamento Geral. (AB)